

DIREITO À EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NA VILA SÃO JOÃO:

Inclusão, Equidade e Sustentabilidade na Construção de Políticas

Educacionais

Izabela Alves Drumond Fernandes¹

Rodrigo Pereira Rocha²

Rômulo Soares Barbosa³

RESUMO

Para uma comunidade quilombola, uma educação diferenciada é fundamental para a garantia dos seus direitos, especialmente no que diz respeito à valorização da sua cultura, identidade e saberes tradicionais, tornando-os incluídos no sistema educacional. O objeto deste trabalho é analisar se as políticas públicas são efetivas e seguem os princípios da equidade, sustentabilidade e inclusão nas comunidades quilombolas, observando o ODS 4 (educação de qualidade, inclusiva e equitativa) na Vila São João, em Berizal/MG. A pesquisa baseia-se em uma abordagem dialética e qualitativa, com ênfase na análise bibliográfica e documental. A intercessão entre as metodologias adotadas ocorre por meio do diálogo entre as contribuições teóricas de autores como Nilma Lino Gomes, Paulo Freire, Kabengele Munanga e Eliane dos Santos Cavalleiro, que discutem a educação como instrumento de transformação social. A análise documental inclui a revisão de políticas públicas, relatórios governamentais e estudos acadêmicos, permitindo compreender os desafios e avanços na implementação dessas políticas. A pesquisa tem como arcabouço teórico as legislações nacionais e internacionais, além da epistemologia proposta pelos autores mencionados, que destacam a importância de uma educação inclusiva e equitativa. Verifica-se que há avanços e retrocessos na implementação das políticas educacionais, ou seja, mesmo com a Lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a educação quilombola, que estabelecem princípios e diretrizes para a educação voltada a essas comunidades, persistem desafios na efetivação dessas políticas. Observa-se que, embora a Vila São João tenha escolas cadastradas como quilombolas, estas não apresentam estruturas adequadas, faltam materiais didáticos, professores capacitados e formação docente específica. Para que haja inclusão efetiva, é essencial a construção de políticas educacionais participativas, que envolvam as comunidades e integrem seus saberes. Assim, fortalece-se o processo de ensino-aprendizado, promovendo a valorização da cultura e uma educação justa e igualitária, conforme preconiza o ODS 4.

Palavras-chave: Educação, Direito, Quilombolas.

¹ Advogada. Professora no Curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Doutoranda no PPGDS/UNIMONTES – MG, izabeladrumond@hotmail.com;

² Graduado pelo Curso de História da Universidade Estadual de Montes Claros, Mestre pelo PPGH/UNIMONTES, rocharodrigog86@gmail.com;

³ Professor do PPGDS/UNIMONTES. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRJ), romulo.barbosa@unimontes.br

